



PACTO

PELA RESTAURAÇÃO DA
MATA ATLÂNTICA



MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO POLÍTICA



Mobilizar significa colocar em movimento. E quantas não são as ações e causas que gostaríamos de colocar em prática no nosso dia a dia e na nossa organização, mas temos dificuldade. Esta cartilha visa ajudar organizações que atuam na cadeia da restauração de paisagens florestais a colocar seus projetos em movimento!



A cartilha **Mobilização Social e Atuação Política** não tem o intuito de esgotar esta temática, mas de apresentá-la, traduzindo e explorando a perspectiva de uma especialista, de forma a contribuir com o debate, reflexão e avanços. Seu conteúdo foi embasado em entrevistas e, portanto, não é de responsabilidade da especialista.

A perspectiva de Fernanda

Fernanda Kaingang



“ Eu sou Kaingang, nasci na terra indígena Água Santa, morei em muitas terras para trabalhar com outros povos. Quando cheguei na época de fazer faculdade, a geração dos meus pais escolheu que eu faria Direito e eu não entendi. Eles disseram que os jovens precisam estudar e voltar para a terra, para explicar o que está acontecendo de forma que os indígenas possam entender e se posicionar. ”



Fernanda Kaingang é uma mulher que se apresenta evidenciando sua causa. Inspiradora pela posição de destaque que passou a ocupar internacionalmente, atua na Organização das Nações Unidas como representante indígena do Brasil. *“Uma reclamação que eu sempre recebia era a questão da propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais e que havia, ali, uma forma de exploração.”* Fundadora do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, Fernanda aponta que para propor ações de mobilização social e atuação política *“é preciso levar em conta os usos e costumes, a forma de organização social dos povos”*, portanto, sem apontar fórmulas prontas.

Fernanda é mestre em Direito pela Universidade de Brasília e possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Foi a primeira advogada indígena na Região Sul e a primeira indígena a obter o título de mestre em Direito no Brasil. É militante no movimento indígena no cenário nacional e internacional. É fundadora do Instituto Kaingang (Inka). Atua na área de direito público e meio ambiente, nos seguintes temas: direitos para povos indígenas no Brasil, proteção legal de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais, convenção sobre diversidade biológica, biodiversidade e conhecimentos tradicionais. Atua como docente convidada em instituições de ensino superior, em licenciaturas e pós-graduação para indígenas.

Compartilhou sua visão, conhecimento e experiência, orientando a produção desta cartilha.



Mobilização social e atuação política

O filósofo Bernardo Toro define que *“a Democracia é como o Amor: não pode ser comprada, não pode ser decretada, não pode ser imposta (...) É uma forma de ver o mundo, é uma cosmovisão, que parte do suposto de que fazer possíveis e cotidianos os Direitos Humanos é o que justifica todas as atividades de uma sociedade”*. E, na democracia, o controle social é a chave para o sucesso. O tema da mobilização social traz o aspecto formal da participação feminina nos espaços públicos de decisão, bem como a importância de as mulheres se convocarem para atuar coletivamente, nos diversos âmbitos. Para Fernanda, isso inclui não apenas os cargos políticos, mas também os espaços democráticos de participação (como conselhos e fóruns intersetoriais). A representatividade da mulher importa, e as estruturas só serão alteradas a partir de sua efetiva presença e participação!

Há registros de que a luta pelo direito ao voto feminino começou no século XIX, antes mesmo da Proclamação da República. Mas foi somente em 24 de fevereiro de 1932 que as brasileiras puderam votar e serem votadas.



Isso aconteceu após intensa campanha nacional realizada por mulheres. Mesmo assim, esse direito era garantido apenas para parte do público feminino: em 1932, podiam votar apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram eliminadas em 1934 e a obrigatoriedade do voto feminino veio somente em 1946.

O Brasil foi um dos primeiros países a conceder o direito de voto às mulheres. Na França e na Argentina isso só aconteceu nos anos 1940. Portugal e Suíça só instituíram o voto feminino a partir de 1970. Ao longo destes anos em que as mulheres conquistaram o direito ao voto, elas passaram, aos poucos, a ocupar mais espaço na política, inclusive cotas de participação no Congresso. Hoje há mulheres em todos os cargos eletivos, mas a proporção ainda está muito aquém do potencial. Nas últimas eleições, foi eleita apenas uma governadora (5%), por exemplo.

Mobilizar-se para ocupar os espaços de diálogo e decisão é fundamental. E considerando os humanos como animais políticos, como defende Aristóteles, somente por meio da participação é que homens e mulheres atingirão sua plena felicidade.

Em 1932, podiam votar apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria. As restrições foram eliminadas em 1934 e a obrigatoriedade do voto feminino veio somente em 1946.



Espaços de participação democrática

Fernanda acredita no papel dos **conselhos** como meio de atuação social e política. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrado nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). São espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa ou consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos devem ser compostos de um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil. Para entrar em um conselho é preciso conhecer a legislação do seu município, pois há momentos de eleição específicos. Fique atento!



Equidade de gênero

Feminismo

É um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres. Enquanto o feminismo busca construir condições de igualdade entre os gêneros, o machismo é o comportamento que coloca o homem em posição de superioridade em relação à mulher. Apesar de entendido como um movimento único de luta feminina pela conquista do voto e acesso a direitos, o feminismo é plural e também está ligado à história de luta pela sobrevivência de mulheres indígenas, negras, LGBTQs e outros grupos. A primeira *Declaração dos Direitos da Mulher* remonta à Revolução Francesa, em 1771. No Brasil, porém, o assunto só foi a público em 1832, com a publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, o livro de Nísia Floresta, no qual afirma que a mulher é tão capaz quanto o homem de ocupar cargos de comando e exercer a medicina, a magistratura e a advocacia. Simone de Beauvoir foi um dos grandes expoentes do feminismo no século XX, especialmente após o lançamento de *O Segundo Sexo*, que traz uma ampla análise dos fatores sociais e míticos que construíram a situação de inferioridade da mulher na sociedade.

Luta pela terra

72%

das propriedades da reforma agrária são registradas no nome da mulher

De 2003 a 2013 a posse da terra registrada no nome da mulher aumentou de 13% para

23%

A luta feminina não buscou somente o direito das mulheres das cidades. Apesar de muitos movimentos sociais camponeses terem início nos anos de 1980, o assunto chega formalmente à Central Única dos Trabalhadores em 1990, com a criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, formalizando a luta das mulheres pela terra no Brasil. Muitos movimentos de mulheres camponesas reforçaram a necessidade de igualdade no direito à terra e à moradia. No acesso à terra, 72% das propriedades da reforma agrária são, hoje, registradas no nome da mulher, posse que passou de 13%, em 2003, para 23% em 2013. Políticas como o Programa Minha Casa Minha Vida priorizaram a entrega da posse para as mulheres, mas ainda há muito o que avançar.



As primeiras organizações brasileiras de mulheres indígenas surgiram na década de 1980, porém mesmo dentro do feminismo ainda há um esforço pela visibilidade de lideranças indígenas.

Entre os desafios está a demarcação das terras indígenas, que representam 13% das terras brasileiras, mas sob ameaça pelo avanço do agronegócio. *“As terras indígenas sofrem o arrendamento para grandes produtores de monoculturas. A renda fica com poucos, em detrimento de muitos”*, como aponta Fernanda Kaingang, ao destacar que a alimentação tradicional e o artesanato estão ameaçados: *“Uma grande parte das famílias vive do artesanato, mas como fazer isso se não se tem mais os insumos?”*, diz. As primeiras organizações brasileiras de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. Foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuí, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut), porém mesmo dentro do feminismo ainda há um esforço pela visibilidade de lideranças indígenas.

Na prática

Para Bernardo Toro, mobilização social é convocar as vontades de atuar num propósito comum, portanto um ato de escolha dos envolvidos, em que a participação é, ao mesmo tempo, meta e meio de atuação política. Assim, ela exige estratégia, pois não é sempre que as pessoas estão dispostas a ouvir a sua organização, mesmo que a causa seja em benefício de todos. Isso vale também para atuação em meio a esferas governamentais. Muitas organizações passaram a atuar com a estratégia de *advocacy*, ou incidência política, visando a uma maior penetração de suas causas no âmbito legislativo e na sociedade como um todo.

Incidência política

As ações de **incidência política** buscam influenciar os tomadores de decisão responsáveis pela definição de políticas públicas, ou seja, têm como finalidade influenciar o governo na elaboração de projetos de lei, por exemplo. Para alcançar os políticos é importante, também, mobilizar a sociedade civil, de forma a conseguir apoio da opinião pública. É uma estratégia que pode ser exercida por meio de diversas ferramentas, como: passeatas, documentários, abaixo-assinados, audiências, mídia de massa e espontânea e reuniões com tomadores de decisão, entre outras.

Toro aponta o passo a passo para
o planejamento de uma mobilização de sucesso

- 1 Explicitar seus propósitos
(qual a minha causa?)
- 2 Encontrar os atores
(quem possui a mesma causa que eu?)
- 3 Definir um campo de atuação
(que esferas pretendo atingir e influenciar?)
- 4 Coletivizar a estratégia
(comunicar, convocar a sociedade)
- 5 Acompanhar os resultados (ter
indicadores de sucesso)
- 6 Comunicar resultados
(a chave da mobilização!)

Como a minha organização pode atuar?

Na mobilização social e atuação política:

- pensar em parcerias com prefeituras, conselhos e outros órgãos tomadores de decisão;
- considerar os usos e costumes de cada local de atuação antes de propor uma estratégia de mobilização;
- utilizar estratégias de comunicação, como *storytelling*, campanhas com uso de *hashtags*, vídeos e mídias sociais.

Nos desafios de equidade de gênero neste tema:

- garantindo a representatividade de mulheres em espaços de participação democrática;
- realizando ações de incidência política em torno do tema de gênero;
- incentivando que mulheres ocupem cargos de destaque na política, votando em candidatas mulheres, por exemplo.

Aderindo à campanha [#semeandoequidade](#), que busca registrar nas mídias sociais (em texto, foto ou vídeo) a participação das mulheres em iniciativas relacionadas à cadeia da restauração de paisagens florestais.

A UICN realizará um mapeamento e divulgará em seu *site* as ações registradas no Facebook, Instagram e Twitter.

Exemplo que inspira

“Estar numa instituição liderada por uma mulher me trouxe a sensibilidade com o tema, enxergando a importância de estarmos e sermos representadas, ouvidas e respeitadas.”

Mariana Oliveira é mineira e geógrafa de formação. Atualmente, contribui para o Programa de Florestas e Água, do WRI Brasil. *“No último ano foquei a aplicação da Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração (Roam) no Vale do Paraíba do Sul. A experiência vem sendo muito desafiadora, mas contribuir para uma rede de indivíduos e instituições e observar as lacunas para que a restauração ganhe escala comecem a ser preenchidas ao longo do projeto é muito gratificante”, afirma Mariana. Sobre a equidade de gênero, Mariana é enfática: “Estar numa instituição liderada por uma mulher me trouxe a sensibilidade com o tema, enxergando a importância de estarmos e sermos representadas, ouvidas e respeitadas”.*

Onde buscar mais conhecimento?



- Articulação de Mulheres Brasileiras
- Blogueiras Feministas
- Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
- Instituto Feminista para a Democracia
- *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação* (TORO, 1996)
- *Mulheres Indígenas, Direito e Políticas Públicas* (INESC, 2008)
- Observatório da Igualdade de Gênero
- Portal da Transparência
- *Terrenos da Desigualdade* (OXFAM, 2016)
- Universidade Livre Feminista

Semeando Equidade – perspectivas de gênero na restauração de paisagens florestais é uma coleção de 5 cartilhas que contou com a colaboração de mulheres, grandes especialistas nos temas. Saiba mais sobre **Mobilização Social e Atuação Política** neste volume!

.....

O desenvolvimento deste material recebeu apoio técnico da UICN como parte das atividades do projeto KNOWFOR, financiado pela UK aid do governo do Reino Unido. No entanto, o conteúdo aqui compilado não necessariamente implica a expressão de qualquer opinião por parte da UICN, suas organizações membros, ou do governo do Reino Unido. É proibido reproduzir esta publicação para venda ou outros fins comerciais sem a prévia permissão dos responsáveis.

Coordenação: Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e UICN | **Conteúdo:** Crie Vínculo
Projeto Gráfico: Zapall | **Ilustrações:** Estudio Relativo
Revisão Ortográfica: Cesar Ribeiro | **Impressão:** Corset



Iniciativa



PACTO
PELA RESTAURAÇÃO DA
MATA ATLÂNTICA

Apoio
técnico

Apoio
financeiro

